

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA 1.021 DO CONSELHO PLENO
Sessão realizada por vídeo conferência conforme Decreto 59.283/2020

01	Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, às dezesseis horas, realizou-se a
02	Sessão Plenária nº 1.021, em ambiente virtual, sob a presidência da Conselheira Teresa
03	Roserley Neubauer da Silva (Rose Neubauer) . Contou com a presença das Conselheiras
04	Titulares Cristina Margareth de Souza Cordeiro, Emília Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches,
05	Karen Martins de Andrade, Maria Cecília Carlini Macedo Vaz, Marina Graziela Feldmann, Sueli
06	Aparecida de Paula Mondini e Neide Cruz, e dos Suplentes Fátima Aparecida Antonio, João
07	Alberto Fiorini Filho, Luci Batista Costa Soares de Miranda, Lucimeire Cabral de Santana, Maria
08	Adélia Gonçalves Ruotolo, Silvana Lucena dos Santos Drago e Vera Lucia Wey. No Expediente
09	da Presidência , a Conselheira Rose Neubauer deu boas-vindas a todos e justificou ausência da
10	Conselheira Titular Fátima Cristina Abrão, registrando o Suplente João Alberto Fiorini Filho no
11	exercício da titularidade, e ausência da Suplente Helena Singer. Colocou em discussão as Atas
12	da Sessão Plenária Ordinária nº 1.019, de 28.10.2021, da Sessão Plenária Ordinária nº 1.020 e
13	da 15ª Sessão Conjunta de Câmaras de 2021, ambas de 04.11.2021, que foram aprovadas. A
14	Conselheira Sueli Mondini informa que o CME recebeu três processos com as matrizes de
15	Cursos Técnicos e de Qualificação Profissional da Escola Municipal de Educação Profissional e
16	Saúde Pública Prof. Makiguti, para exame e parecer do Conselho, que serão distribuídos pela
17	Presidente. No Expediente dos Conselheiros , a Conselheira Cristina Cordeiro informa sobre a
18	tramitação do Projeto de Lei Federal nº 3.179/2012, que acrescenta parágrafo ao artigo 23 da
19	Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a
20	possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. A Deputada Luísa Canziani, relatora do
21	PL, após um ciclo de debates com instituições e lideranças da educação, considerando que não
22	houve audiências públicas, protocolou o seu parecer dia 08.11.2021, e encaminhou um
23	substitutivo, ambos partidários ao Ensino Domiciliar, com encaminhamento favorável para
24	aprovação na Câmara dos Deputados Federal. O substitutivo coloca a matrícula em instituição
25	do sistema de ensino como obrigatória, com acompanhamento das ações das famílias por um
26	tutor da unidade escolar e previsão de encontros semestrais; os pais ou preceptores,
27	obrigatoriamente, devem ter ensino superior completo ou estarem cursando; vinculação ao
28	mundo do trabalho e à prática social; é de livre escolha, sem necessidade de motivação,
29	bastando formalização; cumprimento obrigatório do currículo da BNCC, registro das atividades
30	e frequência; avaliação e realização dos exames nacionais; o Conselho Tutelar fiscalizará as
31	famílias; e, por fim, encontro de intercâmbio de experiências. O substitutivo ao PL continua
32	preocupante por favorecer o afastamento das crianças da escola, e compartilha o documento
33	com os Conselheiros. A Conselheira Luci Batista comenta a preocupação com relação à
34	matrícula ser em qualquer instituição, pois esperava maior acompanhamento com as
35	matrículas em unidades públicas, o que pode acarretar em maior vulnerabilidade. A
36	Conselheira Fátima Antonio concorda, e acrescenta à preocupação que a proposta está mal
37	explicada e aparentando absorver todo tipo de formato e currículo, e espera que isso não

38 passe no Senado Federal. A **Conselheira Cristina Cordeiro** diz que caberá aos Sistemas a
39 adequação, e que é possível adiantar alguns pontos como próximos passos. Nas **Informações**
40 **da Comissão de Legislação e Normas**, a **Conselheira Sueli Mondini** diz que fizeram reunião no
41 dia 05.10.2021 sobre possível reestruturação dos Regimentos das Unidades Educacionais,
42 tendo em vista a publicação de Recomendação e Resolução do CME que apontam situações de
43 maior flexibilização na organização curricular e revisão de retenção nos 7ºs e 8ºs anos do Ciclo
44 Autoral do Ensino Fundamental, reconfigurando a organização das possibilidades de retenção
45 para os finais de Ciclos. A **Conselheira Karen Andrade** lembra que para o Ensino Fundamental
46 este é um ponto de atenção, e a Comissão discutiu a possibilidade de publicar normativa
47 colocando os regimentos automaticamente incorporados a essa situação, mas estão
48 estudando cada parte, vendo outras necessidades de mudanças como, por exemplo, a questão
49 de suspensão e outras punições, para posteriormente definirem se, no Ensino Fundamental,
50 publica uma diretriz com relação à retenção e flexibilização continuando com os regimentos
51 alterando individualmente, ou se diante de outros pontos a serem alterados as unidades
52 necessitam apresentar novo regimento, estendendo o prazo para o primeiro semestre de
53 2022. A mesma situação com o Ensino Médio, porém nesse caso há a certeza da necessidade
54 de reestruturação, pois a organização da matriz curricular de cada unidade será diferente
55 diante da perspectiva de escolha do estudante, de opções de caminhos a serem adotados por
56 cada escola. Pretendem, em breve, apresentar um texto para apreciação do Pleno. A
57 **Conselheira Sueli Mondini** acrescenta que a Comissão pensou em convidar, para a discussão,
58 as Conselheiras Luci Batista e Lucimeire Cabral, Diretoras Regionais de Educação que estão
59 discutindo a questão com as suas equipes. A Presidente **Conselheira Rose Neubauer** comenta
60 que o Conselho Estadual de Educação – CEE fez um levantamento de quantas escolas faltariam
61 para apresentar o novo regimento, e das 3 mil públicas e privadas, faltam apenas cerca de 600
62 escolas, o que dividindo nas cerca de 90 Diretorias de Ensino do Estado seriam
63 aproximadamente 6 por Diretoria, ficando decidido a apresentação até o dia 29.11.2021, para
64 apreciação e publicação até o dia 31.12.2021, começando o Ensino Médio em 2022 com o
65 Regimento Novo. A **Conselheira Karen Andrade** defende, para o caso da Rede Municipal, a
66 extensão do prazo para o primeiro bimestre de 2022. A **Conselheira Luci Batista** ratifica a
67 ampliação do prazo, considerando a necessidade de inserção no SEI, caso tenha alteração no
68 Regimento do Ensino Fundamental, assim como estão fazendo com a mudança nos
69 Regimentos das Escolas de Educação Infantil. A Presidente **Conselheira Rose Neubauer** explica
70 que a urgência é com o Ensino Médio. Em seguida, a Presidente **Conselheira Rose Neubauer**
71 passa à **Ordem do Dia: 1) Continuação da Apresentação CAFEM do Livro “Avaliação no**
72 **Contexto Escolar: Vicissitudes e desafios para (res)significação de concepções e práticas”**. A
73 Presidente **Conselheira Rose Neubauer** passa a palavra para a Conselheira Vera Wey que
74 apresentará discussão sobre o capítulo 4 do livro, intitulado *“Avaliação Institucional: subsídios*
75 *para as escolas”*. Com a palavra, a **Conselheira Vera Wey** projeta em tela a apresentação que
76 elaborou em conjunto com a **Conselheira Neide Cruz**. O capítulo é distribuído em três grandes
77 blocos: 1) Conceituação, 2) Implementação e 3) Normativas de SME. O importante, na
78 Avaliação Institucional, é o foco nas Escolas, garantindo Educação de qualidade para todos,
79 responsabilidade da escola, passando pela qualidade da instituição que a oferta, combinando

80 autoavaliação e avaliação externa. A avaliação possibilita a descrição, análise e crítica do
81 contexto escolar, identifica virtudes e desafios da atividade da escola, sendo desejável para
82 todas as instâncias. A avaliação que não leva a uma mudança da ação perde seu sentido, algo
83 destacado na capa do livro. No item que trata sobre o conceito e características principais das
84 avaliações, considerar as dimensões político-administrativa e pedagógica da escola é
85 primordial, sempre dentro do marco legal da LDB. A avaliação da escola é um processo coletivo
86 orientado pelo princípio da gestão democrática, implicando na avaliação do projeto
87 pedagógico, o cumprimento do seu papel social, visando o contínuo aprimoramento dos
88 resultados a partir de decisões conjuntas, levando à ruptura da inércia. Na sequência, a
89 **Conselheira Vera Wey** trata das dimensões e processo de implementação para a realização da
90 avaliação institucional, não havendo uma única forma, mas com princípios e elementos que
91 devem ser garantidos, tais como: 1) desejo de realizar de todos os profissionais, estudantes,
92 família e comunidade, com envolvimento, quebrando as resistências; 2) clareza de propósitos;
93 e 3) definição conjunta de qualidade, partindo da identificação de onde se está, onde se quer
94 chegar e o quê fazer para chegar, tendo como indicador o sucesso dos alunos. Quanto às
95 proposições de avaliação institucional, o livro apresenta um resumo de proposições feitas pelo
96 MEC, pela Rede Municipal de São Paulo, pela SEAP do Rio Grande do Sul e por Campinas, todas
97 trabalhando com múltiplas dimensões. Por fim, sobre os aspectos normativos no âmbito da
98 Rede Municipal de Ensino de São Paulo, cita o Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024, o
99 Plano Municipal de Educação – PME 2015/2025, o Regimento Educacional da Rede conforme
100 Portaria 5.941/2013, e o Currículo da Cidade de Educação Infantil e do Ensino Fundamental,
101 todos documentos que indicam sistemas de avaliação, metas nesse quesito e consideração de
102 resultados a fim de orientar gestores e professores nas suas práticas pedagógicas. A
103 **Conselheira Neide Cruz** cumprimenta a Conselheira Vera Wey pela síntese, e completa que os
104 exemplos dados na apresentação orientam as escolas a fim de formarem uma comissão de
105 professores, pais e alunos para tratarem da avaliação. A **Conselheira Vera Wey** acrescenta a
106 importância do Supervisor Escolar nessa comissão, reforçado pelo texto que cita a participação
107 de todas as instâncias na avaliação institucional. A **Conselheira Neide Cruz** também cita uma
108 ação da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que encaminha um material junto
109 com a avaliação, e a participação de outros órgãos nesse processo. A **Conselheira Karen**
110 **Andrade** agradece a apresentação da Conselheira Vera Wey e também todo o esforço da
111 CAFEM nesse estudo sobre avaliação, que enfatizou a importância da mudança da prática, e
112 que as avaliações devem estar próximas do que acreditamos. A discussão sobre avaliação deve
113 ser constante nas escolas, e o livro aponta as dificuldades, os diferentes pontos de vista e a
114 necessidade de negociação quanto aos processos de avaliação. Hoje a CAFEM concluiu o
115 estudo sobre o livro e compartilhará com todos os Conselheiros os materiais. A **Conselheira**
116 **Sueli Mondini** cumprimenta a Conselheira Vera pela apresentação e agradece as demais
117 apresentações, cumprimentando a CAFEM pelo estudo. A Presidente **Conselheira Rose**
118 **Neubauer** também cumprimenta a CAFEM, que fez um esforço para cumprir o que está
119 definido no regimento do CME, que é a importância de se debruçar sobre o currículo, a
120 avaliação, cursos novos e, nesse ano de 2021, a Câmara esteve voltada sobre o Novo Ensino
121 Médio e a avaliação, além de toda a situação da Pandemia, com dedicação especial da

122 Presidente Karen Andrade. Todos os Sistemas necessitam, para realizar um balanço da sua
 123 política educacional, de um sistema de avaliação seguro, e hoje percebemos essa importância.
 124 A SME adota múltiplas formas de avaliação, com o livro que terminaram de apresentar,
 125 enfatizando as avaliações institucionais, as que ocorrem nas escolas e as avaliações dos
 126 professores em sala de aula. A avaliação é um instrumento muito importante e é usado muito
 127 menos do que deveria. **2) Apresentação da Conselheira Lucimeire Cabral sobre os Itinerários**
 128 **e Percursos do Novo Ensino Médio e publicação da SME.** A Presidente **Conselheira Rose**
 129 **Neubauer** passa a palavra para **Conselheira Lucimeire Cabral** para início da apresentação que
 130 projeta em tela a linha do tempo do Novo Ensino Médio na SME, começando com a Portaria nº
 131 6.571/2014 que institui as Matrizes Curriculares para as escolas Municipais; passando pelo
 132 Parecer CME nº 17/2019 que aprova a Matriz para o 1º ano integral em 2020 e corrige a Matriz
 133 do Ensino Médio Noturno, quando apareceu pela primeira vez o Itinerário Integrador; o
 134 Parecer CME nº 13/2020 com as Matrizes para os 1ºs e 2ºs anos diurno, denominadas matrizes
 135 de transição considerando os impactos da pandemia; o Currículo da Cidade Ensino Médio,
 136 preparado pela SME em 2021, com cadernos por áreas, orientações didáticas e subsídios de
 137 apoio, estudados pelo CME culminando com a Resolução CME nº 02/2021 e Parecer CME nº
 138 06/2021 com as Matrizes do Novo Ensino Médio. Com base em todos esses documentos, a
 139 SME fez o Memorando Circular da SME/COPED nº 07/2021 para pesquisa de itinerários junto
 140 aos estudantes, por meio de formulário virtual, resultando no Comunicado SME nº 1.255/2021
 141 com os itinerários formativos para 2022. Em seguida, a **Conselheira Lucimeire Cabral**
 142 apresenta o conteúdo da pesquisa de itinerários e a síntese das respostas dos estudantes
 143 matriculados em todas as unidades de Ensino Médio da Rede, contando com 819 respostas,
 144 sendo 68,1% do 1º ano e 31,9% dos estudantes do 2º ano. Sobre o que mais influencia na
 145 escolha de um curso técnico, 29,7% responderam que é a influência da família, 24% os meios
 146 de comunicação e 23% que ninguém influencia. Opção por cursos técnicos, 42,8% dos
 147 estudantes, sendo que 30,8% responderam que não e 26,3% responderam não saber. Quanto
 148 à escolha de um curso técnico, 47,9% dos estudantes apontaram a realização profissional,
 149 19,9% a necessidade de trabalhar e, 18,1% ganhar um bom salário. Sobre ao curso técnico
 150 pretendido 38,2% dos estudantes pensam em Informática, 16,9% Marketing, 11,6%
 151 Contabilidade, 8,2% Gerência em Saúde e 20,3% nenhum desses cursos, preferindo escolher
 152 um itinerário formativo de área de conhecimento. A SME também perguntou aos estudantes
 153 do 2º ano a área de conhecimento que cursaram em 2021, e 40,6% responderam Ciências da
 154 Natureza, Matemática e suas Tecnologias; 35,2% Linguagens e suas Tecnologias; e 24,1%
 155 Ciências Humanas; com 8,4% do total dizendo que se arrependeram da escolha, com
 156 motivações diversas para o arrependimento como, não terem professor de matemática e
 157 física, metodologia que não aguça a criatividade e, alguns, explicando que não escolheu o
 158 itinerário. Sobre a área do conhecimento que mais se identificam, 34,7% dos estudantes
 159 responderam Linguagens e suas Tecnologias, 21,9% Ciências Humanas e Sociais Aplicadas,
 160 21,5% Ciências da Natureza e suas Tecnologias e 17,3% Matemática. A **Conselheira Lucimeire**
 161 **Cabral** diz que a SME, com base nos resultados dessa consulta, publicou o Comunicado SME nº
 162 1.255/2021 apresentando a relação de Unidades de Percurso da Rede Municipal de Ensino
 163 para 2022. A Presidente **Conselheira Rose Neubauer** destaca a importância desse Comunicado

164	e pontua as combinações de percursos. A Conselheira Lucimeire Cabral detalha cada um dos
165	componentes curriculares, as possibilidades de atribuição de aulas aos professores e as
166	unidades em que serão ofertados os percursos em 2022. Nada mais havendo a tratar, a
167	Presidente Conselheira Rose Neubauer encerra a Sessão Plenária agradecendo a presença e
168	participação dos Conselheiros. A Ata foi lavrada por Mayra Regina Vidal e o comprovante de
169	participação na teleconferência será utilizado como lista de presença. São Paulo, 11 de
170	novembro de 2021.

**Sessão realizada por teleconferência por meio da plataforma Microsoft Teams,
conforme Decreto Municipal nº 59.283, de 16/03/2020 (Artigo 12, Inciso I)**

SESSÃO DO CONSELHO PLENO

REUNIÃO DO DIA 11/11/2021

Horário: 16h

PRESENÇA DOS CONSELHEIROS

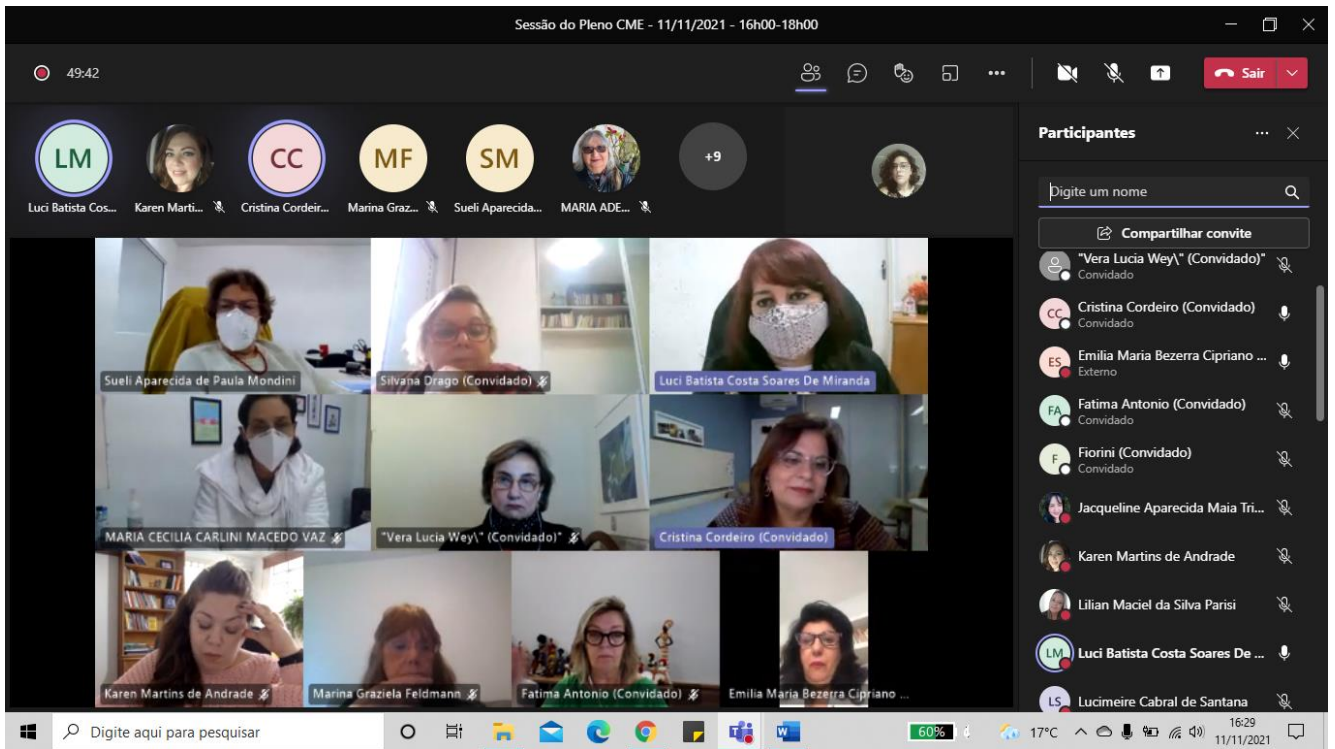
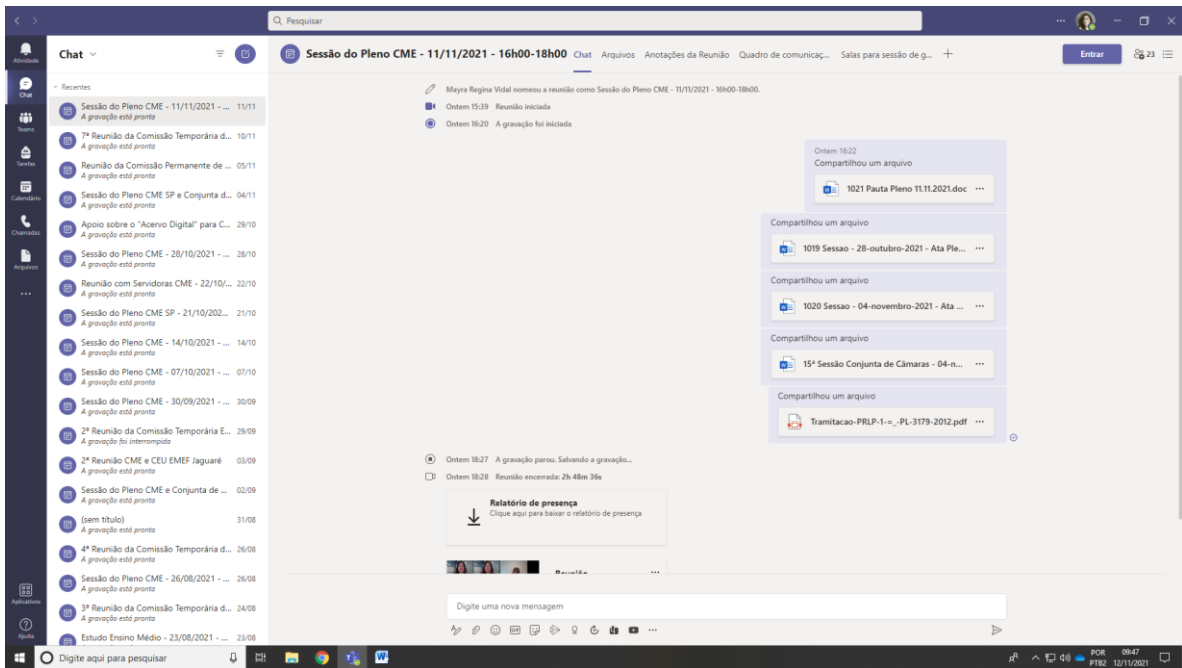
CONSELHEIROS TITULARES:

1. Cristina Margareth de Souza Cordeiro
2. Emília Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches
3. João Alberto Fiorini Filho (NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE)
4. Karen Martins de Andrade
5. Maria Cecília Carlini Macedo Vaz
6. Marina Graziela Feldmann
7. Neide Cruz (NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE)
8. Sueli Aparecida de Paula Mondini (Vice-Presidente CME)
9. Teresa Roserley Neubauer da Silva – Rose Neubauer (Presidente CME)

SUPLENTE:

1. Fátima Aparecida Antonio
2. Luci Batista Costa Soares de Miranda
3. Lucimeire Cabral de Santana
4. Maria Adélia Gonçalves Ruotolo
5. Silvana Lucena dos Santos Drago
6. Vera Lucia Wey

Ata da 1.021ª Sessão Ordinária do Pleno – 11/11/2021



Ata da 1.021ª Sessão Ordinária do Pleno – 11/11/2021

Sessão do Pleno CME - 11/11/2021 - 16h00-18h00

58:11

Fiorini (Convida...), Luci Batista Cos..., Fatima Antonio ..., Cristina Cordeir..., Sueli Aparecida..., Emilia Mari...

Participantes

Digite um nome

Compartilhar convite

- LM Luci Batista Costa Soares De ...
- LS Lucimeire Cabral de Santana
- MARIA ADELIA GONCALVES ...
- MARIA CECILIA CARLINI MAC...
- MF Marina Graziela Feldmann Externo
- NC Neide Cruz (Convidado) Convidado
- RN Rose neubauer (Convidado) Convidado
- SD Silvana Drago (Convidado) Convidado
- SM Sueli Aparecida de Paula Mon...

Digite aqui para pesquisar

60% 17°C 16:37 11/11/2021

Sessão do Pleno CME - 11/11/2021 - 16h00-18h00

59:39

Fiorini (Convida...), Luci Batista Cos..., Fatima Anto..., Cristina Cordeir..., Sueli Aparecida..., Emilia Mari...

Participantes

Digite um nome

Compartilhar convite

- Karen Martins de Andrade
- Lilian Maciel da Silva Parisi
- LM Luci Batista Costa Soares De ...
- LS Lucimeire Cabral de Santana
- MARIA ADELIA GONCALVES ...
- MARIA CECILIA CARLINI MAC...
- MF Marina Graziela Feldmann Externo
- NC Neide Cruz (Convidado) Convidado
- RN Rose neubauer (Convidado) Convidado
- SD Silvana Drago (Convidado) Convidado

Digite aqui para pesquisar

60% 17°C 16:39 11/11/2021

Ata da 1.021ª Sessão Ordinária do Pleno – 11/11/2021

